

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE N° 24.376.2018-50

ENTIDADE: Prefeitura Municipal de Tarauacá

NATUREZA: Consulta

OBJETO: Consulta quanto à possibilidade na contratação de empresa para a prestação de serviço terceirizado para a formação de uma equipe de atenção básica prisional nas áreas de cirurgião-dentista, enfermeiros, médicos, psicólogo, técnico de enfermagem, auxiliar de higiene bucal e assistente social

RESPONSÁVEL: Marilete Vitorino de Siqueira

PROCURADOR: -

RELATORA: Conselheira-Substituta Maria de Jesus Carvalho de Souza

ACÓRDÃO Nº 10.809/2018

PLENÁRIO

EMENTA: Consulta. Prefeitura Municipal de Tarauacá. Prestação de Serviço Terceirizado. Conhecimento. Resposta em Tese. Arquivamento.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **à unanimidade**, nos termos da **proposta de voto** da Conselheira-Substituta-Relatora: **a)** pelo **conhecimento** da presente consulta apresentada pela Senhora Marilete Vitorino de Siqueira, Prefeita Municipal de Tarauacá, respondendo-a, em tese, pela possibilidade de terceirização precedida de justificativa e licitação ou de contratação temporária, desde que regulamentada em lei específica, se enquadre em todas as hipóteses legais, seja demonstrado excepcional interesse público e, ainda, obedecido o limite legal quanto à despesa com pessoal na esfera municipal para o Poder Executivo, que é de 54%, conforme disposto na letra “b”, do inciso III, do art. 20, da Lei Complementar nº. 101/2000. Após as formalidades de estilo, pela **determinação do arquivamento** dos autos.

Rio Branco – Acre, 21 de junho de 2018.

Conselheiro **VALMIR GOMES RIBEIRO**

Presidente do TCE/AC

Conselheira Substituta **MARIA DE JESUS CARVALHO DE SOUZA**

Relatora

Conselheiro **JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA**

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**

Conselheiro **ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS**

Conselheiro **RONALD POLANCO RIBEIRO**

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**

Fui presente:

SÉRGIO CUNHA MENDONÇA

Procurador do MPC/TCE/AC

PROCESSO TCE N° 24.376.2018-50

ENTIDADE: Prefeitura Municipal de Tarauacá

NATUREZA: Consulta

OBJETO: Consulta quanto à possibilidade na contratação de empresa para a prestação de serviço terceirizado para a formação de uma equipe de atenção básica prisional nas áreas de cirurgião-dentista, enfermeiros, médicos, psicólogo, técnico de enfermagem, auxiliar de higiene bucal e assistente social

RESPONSÁVEL: Marilete Vitorino de Siqueira

PROCURADOR: -

RELATORA: Conselheira-Substituta Maria de Jesus Carvalho de Souza

RELATÓRIO

1. Trata o presente processo de consulta formulada pela Senhora Marilete Vitorino de Siqueira, Prefeita Municipal de Tarauacá, acerca da possibilidade de contratação de empresa para a prestação de serviço terceirizado para a formação de uma equipe de atenção básica prisional nas áreas de cirurgião-dentista, enfermeiros, médicos, psicólogo, técnico de enfermagem, auxiliar de higiene bucal e assistente social. Em sua exposição, por sinal referente a caso concreto, a consulente formula as seguintes indagações:

- ✓ *“Tendo em vista que a maioria dos Técnicos de Enfermagem do Município eram contratados por Processo Seletivo, devido ter havido concurso público efetivo (Edital nº 001/2016) e não ter sido aprovado profissionais suficientes para suprir às necessidades do município, e, ainda, o Tribunal de Justiça solicitado que não fosse mais contratado por Processo Seletivo Simplificado. Solicitamos a esta Corte de Contas um Parecer referente à contratação desses profissionais, se os mesmos podem ser pagos como Serviços Prestados no período de 90 dias até regularizar a situação, tendo em vista o município está perdendo recursos pela falta desses profissionais.”*
- ✓ *“Na ocasião, consulto Vossa Excelência sobre a possibilidade de contratação de empresa para Prestação de Serviço Terceirizado, para formação de uma Equipe de Atenção Básica Prisional, nas áreas de cirurgião-dentista, enfermeiros, médicos, psicólogos, técnicos de*

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

enfermagem, auxiliar de higiene bucal e assistente social, exclusivamente para o atendimento à Portaria nº 482, de 01º de abril de 2014, do Ministério da Saúde, tendo em vista tratar-se de Recurso Federal.”

2. A Segunda Inspeção, por meio de sua análise (fls. 7/29), sugere o recebimento da presente consulta, para respondê-la em tese, tendo em vista a função orientativa deste Tribunal, porém, sem qualquer vinculação a fato ou caso concreto. Destaca que, mesmo não se tratando de item obrigatório, na presente solicitação inexistente o parecer do órgão de Assistência Técnica ou Jurídica da autoridade consultante, como recomenda o § 2º, art. 142 do RITCE/AC.

3. O Ministério Público de Contas manifestou-se às fls. 34/36 dos autos, em pronunciamento da lavra da Senhora Procuradora Anna Helena de Azevedo Lima.

É o relatório.

Rio Branco – Acre, 14 de junho de 2018.

Conselheira-Substituta **MARIA DE JESUS CARVALHO DE SOUZA**

Relatora

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE N° 24.376.2018-50

ENTIDADE: Prefeitura Municipal de Tarauacá

NATUREZA: Consulta

OBJETO: Consulta quanto à possibilidade na contratação de empresa para a prestação de serviço terceirizado para a formação de uma equipe de atenção básica prisional nas áreas de cirurgião-dentista, enfermeiros, médicos, psicólogo, técnico de enfermagem, auxiliar de higiene bucal e assistente social

RESPONSÁVEL: Marilete Vitorino de Siqueira

PROCURADOR: -

RELATORA: Conselheira-Substituta Maria de Jesus Carvalho de Souza

PROPOSTA DE VOTO

A EXMA. SENHORA CONSELHEIRA-SUBSTITUTA MARIA DE JESUS CARVALHO DE SOUZA (Relatora):

Trata-se de consulta formulada pela Senhora Marilete Vitorino de Siqueira, Prefeita Municipal de Tarauacá, quanto à possibilidade de contratação de empresa para a prestação de serviço terceirizado para a formação de uma equipe de atenção básica prisional nas áreas de cirurgião-dentista, enfermeiros, médicos, psicólogo, técnico de enfermagem, auxiliar de higiene bucal e assistente social.

A presente consulta foi formulada por autoridade competente, no entanto versa sobre caso concreto, contrariando os requisitos previstos no art. 142, Regimento Interno deste Tribunal. Todavia, o Plenário desta Casa tem demonstrado consideração em responder casos similares, de forma orientativa, cuja resposta terá efeito normativo e constituirá prejulgamento de tese, mas não do fato ou caso concreto.

De forma geral, para o exercício da atividade pública, a Constituição Federal (*inciso II, art. 37*) estabelece como regra para ingresso, o concurso público, excetuando apenas as nomeações para cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.

O fenômeno da terceirização na administração pública foi delineado pelo Decreto-Lei n° 200/67 e, posteriormente, pelo Decreto n° 2.271/97 disciplinando sobre a possibilidade de terceirizar, apenas os serviços que dizem respeito às

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

atividades-meio dos entes públicos, não sendo cabível adotar o mesmo procedimento para o exercício de atividades pertinentes às atribuições de cargos efetivos próprios de seus quadros.

No entanto, a própria constituição, em seus artigos 196 a 199, tratou de forma diferenciada a operacionalização da prestação dos serviços de saúde:

Art. 196. *A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.*

Art. 197. *São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.*

Art. 198. *As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:*

I – descentralização, com direção única em cada esfera de governo;

II – atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

III – participação da comunidade.

(...)

§4º Os gestores locais do sistema único de saúde poderão admitir agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias por meio de processo seletivo público, de acordo com a natureza e complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para sua atuação.

Art. 199. *A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.*

§1º As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

Da análise dos referidos dispositivos resta evidenciado que é função do Estado garantir a saúde pública, podendo recorrer à terceirização quando necessário e em caráter complementar e acessório.

Observa-se, do questionamento apresentado pela consulente, que os valores para custeio da saúde são de origem da Política Nacional de Atenção Integral a Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP).

No âmbito dos Tribunais de Contas, este tema já foi enfrentado pelas Cortes de Minas Gerais, Pernambuco, Espírito Santo e Rio Grande do Sul que se manifestaram de forma favorável à terceirização dos serviços de saúde, ressaltando que estas contratações não poderão acarretar a transferência da totalidade das ações e serviços de saúde para a iniciativa privada, devendo atuar de modo complementar ao Sistema Único de Saúde – SUS, observando as determinações constitucionais e legais.

Ressalte-se que o Ministério da Saúde, em atendimento às recomendações do TCU, editou o Manual de Orientações para Contratação de Serviços de Saúde – <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2017/maio/03/Manual-de-Orientacoes-para-Contratacao-de-Servicos-de-Saude.pdf> – com o objetivo de disponibilizar aos gestores e prestadores o conteúdo relativo às contratações de serviços de saúde, abordando aspectos legais e de gestão que possibilitam a adoção de instrumentos formais de contratação.

Assim, diante das informações apresentadas constata-se que, no ordenamento jurídico atual, a regra geral é a prestação de serviço de saúde pelo poder público, sendo permitida, em caso de excepcionalidade, a contratação de serviços privados de forma complementar, devendo – para tanto – os gestores observarem estritamente as orientações do Ministério da Saúde, sob pena de responsabilidade de atos contrários.

Ante o exposto, **proponho** a este Plenário:

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

1. **Conhecer** a presente consulta apresentada pela Senhora Marilete Vitorino de Siqueira, Prefeita Municipal de Tarauacá, respondendo-a, em tese, pela possibilidade de terceirização precedida de justificativa e licitação ou de contratação temporária, desde que regulamentada em lei específica, se enquadre em todas as hipóteses legais, seja demonstrado excepcional interesse público e, ainda, obedecido o limite legal quanto à despesa com pessoal na esfera municipal para o Poder Executivo, que é de 54%, conforme disposto na letra “b”, do inciso III, do art. 20, da Lei Complementar nº. 101/2000;
2. **Determinar o arquivamento** do processo após as formalidades de estilo.

É como proponho o Voto.

Rio Branco – Acre, 18 de junho de 2018.

Conselheira-Substituta **MARIA DE JESUS CARVALHO DE SOUZA**

Relatora